Editor: José Carlos Vieira (Cidades)
josecarlos.df@dabr.com.br
Tels. : 3214-1119/3214-1113
Atendimento ao leitor: 3342-1000
cidades.df@dabr.com.br

JUSTIÇA

Policial é indiciado por tiroteio na Asa Sul

Judiciário assume caso de Bruno Cardoso dos Passos, que está em prisão preventiva. Duas vítimas permanecem hospitalizadas. Família de Alessandra Oliveira afirma que cobrará para que o PM não fique impune

» MILA FERREIRA
» CARLOS SILVA
» GABRIELA CIDADE*
» BRUNNA RAMOS*

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Familiares e amigos da fisioterapeuta Alessandra Oliveira, 26, manifestam-se: "Ele um dia será solto, ela não vai voltar mais"

A Polícia Civil (PCDF) concluiu ontem o inquérito que investigou os disparos feitos pelo policial militar Bruno Cardoso dos Passos, de 27 anos, durante uma comemoração de aniversário, na madrugada do último domingo, na Asa Sul. O soldado foi indiciado por um homicídio consumado, uma tentativa de feminicídio e três tentativas de homicídio. Entre as vítimas estão a fisioterapeuta Alessandra Oliveira, de 26 anos, que morreu, e a esposa do militar, Caroline Martin de Oliveira, baleada de raspão na cabeça.

Além de Alessandra e Caroline, os disparos atingiram outras três pessoas, entre elas o policial militar Daniel Aquino, colega de farda de Bruno. De acordo com o Instituto de Gestão Estratégica de Saúde (Iges-DF), Daniel foi internado no Hospital de Base em estado grave e, ontem, foi transferido para a rede privada de saúde. A investigação apurou as circunstâncias dos tiros e os episódios de violência que antecederam o ataque. Outra pessoa, identificada como Yuri, também foi baleada, passou por procedimentos cirúrgicos e segue internada no Hospital de Base sob cuidados de uma equipe multiprofissional.

Após a prisão em flagrante, a Justiça do Distrito Federal decretou a prisão preventiva de Bruno durante audiência de custódia realizada pelo Núcleo de Audiências de Custódia (NAC) do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT). A decisão atendeu a um pedido do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT).

Na ocasião, a juíza considerou a necessidade de garantir a ordem pública, a conveniência da instrução criminal e a proteção da vítima de violência doméstica e familiar. O policial está custodiado no 19º Batalhão da Polícia Militar (19º BPM), conhecido como Papudinha, no Complexo Penitenciário da Papuda. A decisão da Justiça ressalta a quantidade de disparos efetuados em ambiente fechado, a pluralidade de vítimas e o fato de o investigado ser policial militar e, em tese, ter utilizado a arma funcional durante a ação. A magistrada observou, ainda, que as vítimas e testemunhas mantêm vínculos de convivência familiar, pessoal e profissional com o investigado, circunstância que reforça a necessidade da prisão para preservar a instrução criminal.

Material cedido ao Correio



Bruno Cardoso foi preso em flagrante após disparos em posto na 302 Sul

Durante as investigações, o delegado-chefe da 1ª Delegacia de Polícia (Asa Sul), Antônio Dimitrov, afirmou que os relatos colhidos indicavam que o militar havia ameaçado diferentes pessoas antes de efetuar os disparos. O delegado descartou a hipótese de que as demais vítimas fossem apenas alvos acidentais de uma ação direcionada exclusivamente contra a esposa do policial.

Em depoimento, Bruno confirmou que ingeriu whisky durante a confraternização, mas negou ter consumido drogas. Ele também contou que estava armado com uma pistola da corporação durante a festa. Segundo o relato do militar, a arma havia sido guardada em um cofre de segurança do estabelecimento. Questionado se a retirou antes de deixar o local, afirmou não se recordar.

"Dor e revolta"

A Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) informou que instaurou Processo Administrativo de Licenciamento para apurar a conduta ético-disciplinar do policial militar envolvido, bem como Inquérito Policial Militar para apurar a prática de crime militar. "Os procedimentos são autônomos e independentes e serão conduzidos em conformidade com os princípios do contraditório e da ampla defesa, visando ao esclarecimento de todas as circunstâncias que envolvem o fato", disse a corporação, em nota.

Familiares de Alessandra relataram uma dor profunda, que vem acompanhada de revolta. Após a conclusão do inquérito do caso, Eduardo Andrade, 28, primo da vítima, contou ao **Correio** que a família tem acompanhado todas as atualizações da situação e que pretendem "pressionar a justiça para que Bruno não fique impune", exaltou.

Para Denise Rodrigues, 45, tia de Alessandra, a indignação que ela e os familiares sentem envolve a impossibilidade de abraçar, conviver, conversar e ver a sobrinha. "A justiça é temporária, porque ele (Bruno) vai sair, vai receber visita. Vão passar anos, será libertado e Alessandra, não. A Alessandra morreu. Não vamos ter mais oportunidade de abraçá-la, sua mãe não vai ter mais oportunidade de chegar em casa e vê-la", lamentou.

Apesar da dor, Eduardo ressaltou que a fisioterapeuta será lembrada como uma mulher alegre e carinhosa: "Vamos lembrar dela como ela foi em vida. Uma pessoa sorridente, alto-astral, que sempre tinha palavras de carinho. Ela foi uma filha excelente, uma ótima ouvinte e profissional. E é assim que vamos lembrá-la, com gratidão no coração".

Aline Macedo, 40, dona da clínica New Corpus, onde Alessandra atendia, contou que a morte da profissional deixou colegas e pacientes profundamente abalados. Segundo ela, a relação construída ao longo de quase cinco anos ultrapassou o vínculo profissional. "A gente não perdeu apenas a fisioterapeuta que prestava serviço aqui. Perdemos uma amiga, uma parceira. Ficou um vazio, parece que a clínica perdeu um pedacinho. Nós éramos uma família, e essa família está enlutada", relatou.

A proprietária explicou que o primeiro dia de funcionamento após o crime foi marcado pela dificuldade de retomar a rotina. Alessandra atendia pacientes na clínica e também realizava sessões domiciliares e apesar da necessidade de encontrar outros profissionais para assumir os atendimentos, a chefe afirma que ainda é difícil pensar em uma substituição. "Ela é insubstituível. A gente precisa de fisioterapeutas para dar suporte, mas, ao mesmo tempo, não consegue pensar em substituí-la. Estamos nos reunindo para tentar suprir essa emergência e conseguir vivenciar o luto", disse Aline.

Para acolher os funcionários, a clínica contou com o apoio de uma psicóloga, que disponibilizou atendimento aos colegas, além de outros profissionais e amigos que se mobilizaram para oferecer ajuda. Aline também destacou o clima de tristeza que tomou conta do espaço. Uma das fisioterapeutas que trabalhava com Alessandra, inclusive, estava presente no momento do crime, ao lado da vítima quando ela levou o tiro e permanece afastada do trabalho para lidar com o luta.

A ausência também foi sentida pelos pacientes. Vera Lúcia, 69, frequentava as aulas de pilates havia cerca de três anos e teve Alessandra como a primeira profissional responsável por seu atendimento. Ela conta que a fisioterapeuta conquistava a todos pela dedicação e pelo cuidado durante as atividades. "Era uma pessoa muito dedicada, muito bacana, comprometida em nos ensinar os exercícios corretos. Era muito simpática, maravilhosa. Todo mundo aqui era apaixonado pela Alessandra. Vamos sentir muita falta dela", afirmou.

Ao retornar à clínica, Vera sentiu a falta da profissional na rotina que compartilhavam. Para ela, Alessandra deixou como legado o compromisso com o trabalho e o incentivo à prática de exercícios físicos, especialmente entre os pacientes mais velhos. "Vai deixar muita saudade nos nossos corações", lamentou.

***Estagiárias sob a supervisão de Patrick Selvatti**

» Entrevista | **OSWALDO HIPÓLITO** | ESPECIALISTA EM DIREITO ADMINISTRATIVO MILITAR DA UCB

"Formação de agentes de segurança deve ser repensada"

Ao Podcast do **Correio**, *o mestre em direito, especialista em direito administrativo militar e professor da Universidade Católica de Brasília (UCB) Oswaldo Hipólito comentou as variáveis que envolvem a formação do policial militar dentro do contexto do crime ocorrido no último domingo. Às jornalistas Mila Ferreira e Ana Raquel Lelles, o especialista defendeu uma reavaliação na forma de seleção dos agentes de segurança pública em todo o Brasil.*

Pedro Paulo Cardoso CB/DA Press.



O que é ensinado durante a formação dos policiais militares?

O ingresso no Curso de Formação de Praças é por concurso público, prova intelectual com redação, exames médicos, avaliação física, exame de esforço físico, avaliação psicológica, avaliação da vida pregressa e o curso de formação é a última fase. O curso vai dar conhecimento técnico, operacional e de regulamentos. Além dos regulamentos administrativos da polícia, ele aprende direito penal, direitos humanos e há a formação no que é chamado de tirocínio policial, que é a capacidade de tomar decisões sob stress, capacidade de investigação, de observação da conduta das pessoas na sociedade.

Nove meses é tempo suficiente para formar um policial?

A formação instrui o candidato em critérios, requisitos e ensinamentos básicos, mínimos e necessários para aptidão ao exercício da atividade policial. Mas o treinamento é constante, começa no primeiro dia e só acaba quando ele for para a reserva. O treinamento é vivenciado ao longo das rotinas de atuação diariamente.

É possível que o aluno seja reprovado?

Sim, por comportamento ou insuficiência dentro do que ele é exigido. Por exemplo, se ele mostrar que não tem a capacidade de manusear uma arma durante o exame de aptidão de tiro, se ele não for disciplinado ou não tiver espírito de corpo, ele pode ser desligado do curso.

De que forma o curso trabalha a agressividade?

A gente atribui uma carga emocional à palavra agressividade que torna ela negativa. Claro que não pode existir violência policial, mas quando falamos de agressividade, ela é necessária à atividade policial. Determinados tipos de abordagem só vão ser executadas da melhor forma possível se existir uma dose moderada de agressividade. Estamos falando de controle de distúrbios, situações com refém, etc. Em algumas hipóteses, a agressividade não só é tolerada, como deve ser utilizada para a condução e resolução do caso, preservando vidas e prezando pela segurança pública. Durante o processo de formação, o policial desenvolve o senso de limite do uso da força.

Como funciona a avaliação psicológica dos policiais? O que ela detecta?

Envolve exames práticos, entrevistas e anamnese. A avaliação psicológica avalia o que a pessoa é hoje. Se a pessoa passa por experiências traumáticas, você já não é mais a mesma pessoa. Ou ela se torna rotineira e constante para avaliar o ser em desenvolvimento ou sempre vai retratar apenas o momento em que ela foi feita.

O senhor mudaria algo no curso? É necessária uma reformulação?

Acredito que a forma de seleção dos agentes de segurança pública no Brasil, de maneira geral, deve ser repensada. A Constituição exige que tenha concurso de provas e títulos, mas a ordem das provas pode ser mudada. Haveria um ganho adicional sobre a capacidade de exercício da profissão se os exames iniciais passassem por uma aptidão vocacional e psicológica. Geralmente, a parte psicológica é no fim da seleção, antes da matrícula no curso de formação. A avaliação intelectual vem primeiro, isto é, a prova objetiva. Depois, exames médicos, avaliação de vida pregressa e a matrícula no curso. Aproveitando a criação do Ministério da Segurança Pública, vale pensar em um modelo nacional onde a gente coloque a avaliação de vocação e capacidade de exercício da atividade antes da avaliação intelectual. Creio que isso traria um ganho excepcional para a seleção dos policiais.

O caso que aconteceu no domingo pode ser considerado uma falha na formação do policial militar?

É delicado falar, mas ouso dizer que não tem relação. Foi uma tragédia sem possibilidades de ser evitada, a não ser que alguém que estivesse ali interviesse e evitasse os disparos. O curso de formação não tem relação com o ocorrido.

Há algum tipo de responsabilidade da PMDF neste fato?

As circunstâncias indicam que não há responsabilidade do Estado. Foi uma casualidade ser um PM o autor. A responsabilidade é individual e a responsabilização também tem que ser. Não há relação causal entre a formação e a conduta dele. Foi uma conduta individual do agente que perpetrou a ação.

É favorável ao adiamento da concessão do porte de armas ao policial?

Não. Portar a arma faz parte da formação. Quanto mais cedo isso for inserido de maneira cautelosa e segura, melhor. Porque fará parte do dia a dia do policial.(**MF**)

Confira o Podcast do Correio **na íntegra**